



Diretoria do STU abre consulta sobre minuta de enfrentamento ao assédio moral

A diretoria do STU se reuniu nesta segunda-feira (6 de julho) para discutir os termos da minuta do termo de ajustamento de conduta (TAC) apresentada pelo Ministério Público do Trabalho à Unicamp com vistas a combater o assédio moral na Universidade. A direção do sindicato vai propor aprimoramentos ao texto, que pode ler acessado na página do STU na internet. E os trabalhadores também vão poder opinar.

A proposta de formalização de um TAC foi outra conquista da audiência pública ocorrida no dia 24 de junho, por intervenção do sindicato.

O texto proposto pelo MPT incorpora os termos do acordo coletivo assinado em 2007 pela Universidade e o Sindicato perante o órgão fiscalizador. E também se referencia na lei estadual 12.250/2006, que considera assédio moral "toda ação, gesto ou palavra, praticada de forma repetitiva por agente servidor, empregado, ou qualquer pessoa que, abusando da autoridade que lhe confere suas funções, tenha por objetivo ou efeito atingir a autoestima e a autodeterminação do servidor, com danos ao ambiente de trabalho, ao serviço prestado ao público usuário, bem como à evolução, à carreira e à estabilidade funcionais do servidor"

As contribuições da categoria podem ser enviadas para o e-mail martha@stu.org.br até o próximo dia 16. Depois, as propostas serão sistematizadas e submetidas a deliberação dos trabalhadores para serem apresentadas ao MPT. Contribua e participe dessa luta.



Ação da URV

Os sócios do STU que estavam na ativa até 1994 e têm interesse em ser parte da nova ação judicial que o sindicato ingressará buscando cobrar a diferença salarial gerada pela implantação da URV têm até o próximo dia 10 para entregar a documentação.

Os interessados devem comparecer ao departamento Jurídico para assinar procuração munidos dos seguintes documentos: ESUNICAMP (CLE) - xerox do RG, CPF, holerite recente e comprovante de endereço. CELETISTAS - xerox da carteira profissional (páginas da foto - frente e verso - e do registro na Unicamp), CPF, RG, holerite recente e comprovante de residência em nome próprio e do mês corrente.

Reitor ainda não agendou reunião sobre pauta específica

O STU continua aguardando a reunião de negociação da pauta específica. A reitoria se cala, enquanto a categoria vê o auxílio alimentação e demais benefícios serem corroídos pela inflação, que não para de subir.

Há ainda varias outras reivindica-

ções a serem tratadas no âmbito da Universidade, que envolvem os aposentados, trabalhadores contratados pela Funcamp e demais terceirizados.

A diretoria do STU ressalta que a categoria não aceitará pagar a conta da crise.

MIGRAÇÃO CLT-CLE

Julgamento da mudança de regime adiado novamente

Foi adiado para 29 de julho o julgamento da ação na qual o Ministério Público Estadual questiona a decisão do Conselho Universitário que em 2013 autorizou a mudança do regime de contratação de 1.753 servidores contratados em regime celetista e 01 de janeiro de 1985 a 05 de outubro de 1988, possibilitando a

migração destes para os quadros da carreira Esunicamp. O MP argumenta que a decisão do Consu violaria a regra constitucional de ingresso no serviço público exclusivamente por concurso.

Na sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo ocorrida no último dia 1º, os desem-

bargadores Antônio Carlos Villen e Ademir Benedito pediram vistas ao processo. O relator do processo, desembargador Antônio Carlos Malheiros já havia votado pela procedência da ação do MP com modulação, ou seja, visando preservar a segurança jurídica aos servidores beneficiados.

Deputados rejeitam ampliar financiamento das universidades

Foi votado na noite do último dia 30 o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, no plenário da Assembleia Legislativa. Os deputados da base governista mais uma vez rejeitaram quase todas as proposições apresentadas pelo Fórum das Seis com o objetivo de enfrentar a crise de financiamento das universidades públicas estaduais, instaurada pelo congelamento dos repasses orçamentários há 20 anos. Apenas os parlamentares do PCdoB, PSOL e PT votaram a favor da educação superior e contra o texto aprovado.

Mínimo de 9,57% do ICMS garantidos com muita pressão

A única emenda do Fórum aprovada pelos deputados foi a que assegura que “no mínimo” 9,57% da receita do ICMS deverão ser repassados às universidades. O texto enviado pelo governador Geraldo Alckmin à Assembleia retirava essa garantia da LDO, abrindo a possibilidade de redução orçamentária.

Trabalhadores das três universidades acompanharam a votação. A diretoria do STU repudia o posicionamento subserviente do Legislativo

paulista ao projeto antieducacional de Alckmin.

Luta segue no segundo semestre

A luta por mais verbas para a educação segue. Na votação do orçamento do ano que vem, que acontece no final do ano, voltaremos a cobrar os deputados responsabilidade com o financiamento das universidades. As entidades também

continuarão pressionando o Cruesp para que os reitores cobrem o repasse legal devido pelo Estado (inclusive a parcela que vem sendo tungada pelos descontos indevidos na base de cálculo do repasse, que só em 2013 e 2014 tirou R\$ 7,3 bilhões do montante da conta do orçamento). No debate do Plano Estadual de Educação, o Fórum também intervirá nesse sentido.

Plano Estadual de Educação da sociedade paulista está na Alesp

Começou a tramitar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o projeto de lei instituindo o Plano Estadual de Educação, com diretrizes e metas de ensino a serem cumpridas pelo governo estadual nos próximos dez anos. O projeto, que recebeu o número 1035/2015, é uma versão atualizada do Plano da Sociedade Paulista, construído em diálogo com entidades e movimentos que atuam na área.

Entre as propostas do texto está a reversão da privatização do ensino superior fortalecendo as universidades estaduais paulistas por meio de mais investimentos. Hoje, Unicamp, USP e Unesp oferecem apenas 10% das vagas no Estado. A íntegra do

projeto pode ser lida na página do STU na internet (www.stu.org.br).

São Paulo, apesar de seu peso econômico e social para o país, é um dos estados que não têm um plano educacional consolidado. O projeto foi apresentado pelo deputado estadual Raul Marcelo, que se antecipou ao governo. Alckmin vem enrolando para encaminhar à Alesp um projeto sobre o tema, enquanto trata a educação com truculência, como na recente greve dos professores estaduais. O Estado tem que ter um plano estadual de educação por força da lei 13.005/2014 (o Plano Nacional de Educação 2014-2024).

DIREITOS HUMANOS

Ato em SP hoje repudia golpe de Cunha na votação da maioria penal em 1º turno

Após ser derrotado por cinco votos na tentativa de aprovar a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, na última terça-feira (30), o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), decidiu rasgar a Constituição Federal e colocar novamente para votar o assunto. Sob forte pressão e até ameaças denunciadas por deputados em plenário, na madrugada do dia 2 foi aprovada em primeiro turno, uma emenda que reduz a maioria para as infrações equiparadas a crimes hediondos. A proposta ainda tem que ser submetida a um segundo turno de votação e atingir novamente pelo menos 308 votos.

Deputados de sete partidos já anunciaram que devem apresentar um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra a forma como a proposta foi aprovada. A manobra fere o parágrafo 5º do artigo 60 da Constituição, que estabelece que proposta rejeitada não pode ser objeto do novo projeto legislativo na mesma sessão legislativa. O desrespeito à Constituição é uma ameaça à democracia, que lembra as práticas da época da ditadura.

Cunha ainda ameaça a recolocar em votação o texto original da PEC 171/1993 - mais draconiano.

O mesmo golpe foi aplicado por Cunha em

maio para manter o financiamento empresarial de campanhas políticas, a principal fonte de corrupção no país.

O STU seguirá acompanhando o projeto e articulando a luta contra o aumento da criminalização da juventude.

Ato em SP - STU, DCE e CACH participam hoje do protesto contra o golpe de Cunha no vão do Masp, em São Paulo, às 17h30. A caravana unificada da Unicamp sai às 14h30 do estacionamento da BC. Quem quiser participar deve procurar a secretaria do STU até o meio-dia.